

**Geografia das Escolas Rurais, Geografia de uma Escola Rural :  
Uma contribuição ao estudo geográfico do Campesinato Brasileiro.**

Heitor Antônio Paladim Júnior  
Departamento de Geografia, USP  
São Paulo, BRASIL  
Correio Eletrônico: [hpaladim@usp.br](mailto:hpaladim@usp.br)

1 – Introdução

Quando eu morrer  
Cansado de guerra  
Morro de bem  
Com a minha terra;  
Cana, caqui  
Inhame, abóbora  
Onde só vento se semeava outrora  
Amplidão, nação, sertão sem fim  
Oh Manuel, Miguelim  
Vamos embora

Chico Buarque

Esse texto volta-se para a necessidade de entendermos o papel do campesinato na questão agrária brasileira e também em nossa América Latina. Trata-se de um olhar geográfico. Propomos um breve diálogo entre ciência e cotidiano escolar.

Para dar início a essa contribuição textual, perguntamos : De que maneira a Escola e a educação escolar contribuem para a territorialização dos camponeses organizados através de um movimento social ? Como as estratégias e táticas do Movimento Popular se transformam em ações didáticas pedagógicas e possibilitam que as crianças e jovens façam parte da territorialização e espacialização da luta pela Reforma Agrária ?

A discussão sobre o campesinato brasileiro que a ciência geográfica realiza, aparece aqui como uma possibilidade de entendermos a realidade vivenciada em um assentamento rural, e esse cotidiano entrecortado por valores que partem de diferentes

escalas, seja num aspecto de respostas a desafios globais e locais, seja como transformação desses aspectos para serem manuseados como conteúdos em sala de aula, retornando assim ao diálogo com um saber sistematizado: a Geografia.

Cabe lembrar que essas considerações e estudos, estão relacionadas a uma pesquisa que realizei enquanto estudante do Programa de Mestrado em Geografia Humana na Universidade de São Paulo, sendo orientado pela Prof.a Dra. Sônia Maria Castellar, trabalho este que pretendo defender em dezembro de 2003, com o título :  
CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DO CAMPESINATO BRASILEIRO / FORMAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DE UMA ESCOLA DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC / O PAPEL DO ENSINO DE GEOGRAFIA.

## 2 - A Geografia sobre o Campesinato Brasileiro

“Discernir entre o político, o ideológico e o teórico  
é igualmente tarefa da reflexão intelectual”

Ariovaldo Umbelino de Oliveira  
Geógrafo /Professor Doutor da USP

Segundo vários autores<sup>1</sup>, ligados as diversas áreas das ciências humanas, o campesinato brasileiro teve no século XX, vários fatos que contribuíram para sua formação. Alguns acontecimentos se deram no Brasil, pelos quais os camponeses puderam se constituir enquanto sujeitos na dinâmica social do país. Podemos lembrar assim da Guerra do Contestado (1912 – 1916 em Santa Catarina), Guerrilha de Porecatu (1950, limite entre São Paulo e Paraná), Movimento de Dona Noca (1951, no Maranhão), Território Livre de Trombas e Formoso (1953, no antigo norte de Goiás), Movimento das Ligas Camponesas (1955 em Vitorio de Santo Antão, Estado do Pernambuco). Os posseiros, desbravadores do território, que expandiram as fronteiras agrícolas tanto quanto o Capitalismo, em boa parte do século passado, contribuíram de maneira intensa para a territorialização do campesinato. Os projetos de colonização (migratórios) da Ditadura Militar na década de 70 e 80, nas regiões Amazônica e Centro – Oeste também foram atitudes políticas por parte do Estado que somaram a essa dinâmica.

Fato novo e de extrema importância para uma nova territorialização do Brasil, foi o surgimento de assentamentos rurais<sup>2</sup>, que começaram a serem lugares sociais a partir da década de 80, devido as constantes ocupações realizadas por famílias de

trabalhadores rurais sem terra. Esses trabalhadores organizados deram origem aos sujeitos coletivos que se autodenominam Sem-Terras e que participam do maior movimento popular de luta pela Reforma Agrária da América Latina, o MST – *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra*. O Brasil conta hoje com dezenas de movimentos populares de luta pelo acesso a *terra de trabalho* <sup>3</sup>, mas o MST, é o que mais se territorializou. Surgiu nos anos finais da Ditadura Militar e é proveniente de inúmeras iniciativas dos trabalhadores rurais que se deram em alguns Estados da União. Sua data de fundação é em fevereiro de 1984, quando esses camponeses de diversos locais do país resolveram nacionalizar o movimento.

Esta novidade, assentamentos rurais e novas lutas de resistência, surgem hoje como fenômenos, visto que o campo brasileiro ainda se mantém com a mesma estrutura há séculos: o acesso a propriedade da terra, extrema concentração fundiária, caráter rentista da utilização da propriedade, as formas de relação dos trabalhadores rurais <sup>4</sup> para a grande propriedade.

As famílias camponesas historicamente tem buscado alternativas para essas relações, como já citamos anteriormente, cabe lembrar das fronteiras agrícolas sendo expandidas pelos posseiros, que vão em busca de terra para trabalharem e poderem se reproduzir enquanto camponeses, agem como desbravadores do território.

A partir da década de 60, com o advento da revolução verde e do reforço de um modelo Agroexportador (monocultura da soja, agropecuária de corte) por parte do Estado Brasileiro dominado pelos interesses do Grande Capital associados a Ditadura Militar, começaram a estabelecer ações que não incluíam as famílias que abriam as novas fronteiras. Grileiros e posseiros, em conflito, fizeram aumentar o número de mortes no campo. Muitos camponeses perderam a vida, outras famílias avançavam mais as fronteiras.

Os números da violência no campo, são levantados por diversas entidades, apontamos apenas um dado fornecido pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) que publica relatórios sobre conflitos no campo, de ano em ano. Temos de 1991 a 1996, 324 homicídios ocorridos em todo território nacional. Mais recentemente tivemos no país dois massacres, o de Corumbiara em Rondônia (1995) e Eldorado de Carajás no Pará (1996) que tiveram repercussão internacional e que demonstram a condição de relação entre o Estado e os camponeses que lutam por terra.

Na década de 60, após a aplicação da modernização no campo, intensifica-se no país um fenômeno conhecido como êxodo rural, que alterou a disposição

populacional entre habitantes rurais e urbanos. Alterou também a vida dos que vivem no campo e nas cidades brasileiras. Ou seja, o Estado a tomar a direção de ocupar as fronteiras, introduziu cada vez mais a lógica capitalista, em detrimento da lógica camponesa, expulsou camponeses e transformou terra de trabalho em terra de exploração.

No final da década de 70, começam a surgir de maneira mais organizada, movimentos de resistência e luta pela terra por parte dos camponeses. Esse movimento recente de nossa história e geografia é o que interessa para a nossa pesquisa.

Escolhemos assim uma Tese de Doutorado, que corrobora para os estudos que estaremos abordando em nosso projeto, a saber : "*Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro, formação e territorialização do MST / 1979 - 1999*", do Professor Doutor Bernardo Mançano Fernandes, que em 2000 foi lançado como livro pela Editora Vozes com o título : A Formação do MST no Brasil.

O Professor Bernardo Mançano já havia defendido sua Dissertação de Mestrado no ano de 1994, baseado no mesmo tema, porém fazendo um recorte sobre o estado de SP: "*Espacialização e Territorialização da luta pela terra : A formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo.*" Esses dois trabalhos de pesquisa, que resultaram em duas obras, contribuem tanto para entendermos o processo de formação recente das organizações camponesas na luta por Reforma Agrária, como também para o debate dentro da geografia, apresentando noções e conceitos importantes para o avanço teórico metodológico desta ciência.

Em nosso envolvimento com esses sujeitos sociais que fazem do cotidiano uma luta política constante, nos faz surgir a dúvida entre o limite do fazer científico e do envolvimento enquanto ativista social preocupado e atuante nas questões políticas da nação.

E é o próprio Fernandes (2001, p. 17) quem nos dá a resposta, após seu envolvimento nestas duas esferas :

“Para o pesquisador- militante, a ciência tem como significado a perspectiva da transformação das realidades estudadas, bem como da sociedade. Desse modo, há um compromisso com as pessoas que são os sujeitos de seu objeto de pesquisa, o que também contribui – e muito – com o desenvolvimento da ciência “.

Surge aqui um reforço ao nosso fazer científico, uma postura que procure equacionar o convite moderno de neutralidade científica. A Geografia serve, também, dessa forma para contribuir na luta, podemos verificar essa afirmação ainda em Fernandes (2001, p. 17) :

“Temos por objetivo contribuir com o desenvolvimento socioeconômico e político dos assentamentos rurais, bem como as lutas pela terra e pela reforma agrária.”

As pesquisas e textos que despontam no diálogo da Geografia com a Questão Agrária Brasileira, e que servem para a pesquisa que estamos realizando, apresentam alguns conceitos importantes. Temos o de *movimento socioespacial* usado para os movimentos que tem o espaço como trunfo ( Fernandes, 2001:51 citando Martin, 1997: 26), ou como sugere Fernandes (2001: 52), podemos trabalhar para a Geografia o conceito de movimento socioterritorial (que tem o território como trunfo) pois afirma os movimentos sociais como categorias científicas.

Territorialização e Espacialização são dois processos importantes que estão ligados a discussão geográfica e que tem possibilitado entendermos os movimentos sociais. No debate sobre o estudo dos camponeses pelo viés geográfico são apresentados por Oliveira e Fernandes. Num texto recente, Fernandes (2001), analisa o significado de conceitos relacionados aos movimentos socioterritoriais : ocupação, trabalho de base, acampamento, negociação política, organicidade. A gênese e o desenvolvimento dos Movimentos pelo território brasileiro, triunfando sobre pedaços do território, criando novas territorializações. Essas noções e possibilidades que nos dão subsídios para analisarmos o papel das escolas localizadas no interior de um assentamento rural.

### 3 - Geografia de uma Escola Rural

“Desvendar o território pode e deve ser uma perspectiva científica para a Geografia “

Ariovaldo Umbelino de Oliveira  
Geógrafo /Professor Doutor da USP

A contribuição que apresentamos pretende responder como o campesinato brasileiro avança em sua luta de resistir para demarcar seu “lugar” na sociedade brasileira. A resistência do campesinato brasileiro, com seus limites e suas possibilidades, seus erros e acertos, nesse período pós assentamentos rurais, tem sido propositiva, seja para a sociedade como um todo, seja em aspectos culturais internos a vida dessas localidades.

Essa análise é possível através de uma visita ao cotidiano e as expectativas pedagógicas e didáticas realizadas na “Escola Agrícola 25 de Maio” que atende as crianças de cinco assentamentos de Fraiburgo, meio oeste do Estado de Santa Catarina, na Região Sul do Brasil. Esses estudos possibilitam que conheçamos o papel e a importância de uma *Escola Básica do Campo*<sup>5</sup> no Brasil de hoje.

As atividades ali desenvolvidas, contribuem para a discussão travada pelo Setor de Educação do MST, e também para repensar e sugerir propostas e ações que encaminhem uma escolarização pensada/ vivida a partir da necessidade e valores camponeses.

Temos que compreender como as escolas dos Assentamentos Rurais apresentam possibilidades de garantir a *terra de trabalho* conquistada e entender a sociabilização das futuras gerações do campo. Estamos pesquisando como a Escola Agrícola possibilita a discussão e reflexão da garantia de direitos, contribuindo para a busca de uma vida digna e como as questões do MST ali se inserem.

Pensar e sugerir um currículo condizente aos preocupações dos camponeses, dialogando com o acúmulo educacional do MST, vem sendo uma grande oportunidade para fazermos uma Geografia do/no Campo.

A “Escola Agrícola 25 de Maio” tem matriculados em torno de 85 estudantes que moram em cinco Assentamentos da Reforma Agrária próximos : União da Vitória , Vitória da Conquista 4 , Rio Mansinho, Contestado, Chico Mendes. A área compreende 32 hectares e se localiza na divisa entre os dois primeiros assentamentos nominados acima que tem sua formação datada de 1986. Os outros assentamentos são mais recentes, todos da década de 90. O nome “25 de Maio” é devido à data em que os camponeses ocuparam um latifúndio no município de Abelardo Luz - SC, evento chamado por eles de “as grandes ocupações de 1985”.

Essas crianças e pré- adolescentes, filhos e netos dos assentados, freqüentam a Escola no turno normal (5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> séries a tarde e 7.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup> séries de manhã) durante

cinco dias da semana, sendo que em dois dias ficam dois turnos a fim de desenvolverem atividades agrícolas planejadas pela Cooperativa de Estudantes pela Reforma Agrária - CEPRA, a qual dirigem coletivamente através do que denominam de brigadas. Os que moram mais longe ( de 5 a 12 quilômetros aproximadamente) apanham o ônibus escolar dos motoristas Mizinho e do Benjamin (este é assentado na área I ) que faz a viagem de ida e de volta, garantida com dinheiro público do município. Um dos professores da Escola, Daniel, com um veículo menor, modelo Pick UP, faz um trajeto das estradas que os ônibus não passam, recolhendo assim outras crianças. Esses transportes e o salário dos transportadores de estudantes são pagos pela Prefeitura do Município de Fraiburgo.

Alguns de seus educadores moram nas dependências da área da escola: Naira (responde pela direção e secretaria), Rejane (ministra aulas de Ciências e Matemática), Matheus e Daniel (disciplinas relacionadas a grade de Agropecuária, os dois são técnicos agrícolas). Outros que moram nos lotes dos Assentamentos, o assentado Mário (educação física e Religião), Leonildo (Geografia e História) e Leonir (Educação Física e Religião) que estudaram na Escola, são filhos de assentados, eram crianças na época das grandes ocupações. Leonildo e Leonir substituem temporariamente os educadores Roberto e Edson, filhos de assentados, que fazem o curso de *Pedagogia da Terra* no Instituto Josué de Castro – ITERRA <sup>6</sup>, em Veranópolis – RS.

Outras educadoras : Zenilde e Arlete (merendeiras e cozinheiras), moram no assentamento União da Vitória (Faxinal I para o INCRA) e Ivani (Língua Portuguesa) que vem de um município próximo chamado Videira, assim como Gislaine que ministrará as aulas de Língua Espanhola.

As atividades escolares começaram em 1989, desde então a comunidade assentada participa no mínimo uma vez por mês (com seus representantes) das reuniões do Conselho da Escola que além de planejar as ações, cuidar das despesas, organiza a festa dos assentados no mês de maio, lembrando a luta e comemorando a conquista da terra.

Outra situação em que a comunidade desses assentamentos rurais se envolve mais diretamente com a escola, são os multirões de plantio e colheita, que são importantes para abastecer a cozinha e alimentar os animais ali criados.

A escola é chamada de "centrinho" pelos moradores dos assentamentos que a circundam, serve como ponto de referência para apanhar ônibus para viagens relacionadas a alguma atividade da Cooperativa Regional dos Assentados (CooperContestado) ou as atividades de luta do MST. Em alguns fins de semana, as

crianças que freqüentam as escolas de 1ª a 4ª série localizadas dentro da área dos assentamentos, mais alguns estudantes da Escola Agrícola e até os que estudam em Fraiburgo (geralmente os que já concluíram a 8ª série 5 ) vêm jogar no campo de futebol localizado em suas dependências, ou até nadar nos açudes quando esses não têm peixes.

Foi nesse lugar, com essas relações, que tivemos a oportunidade de atuarmos como educador, contratado pelo Estado de Santa Catarina para o ano letivo de 1999, morando numa das residências escolares, descobrindo como afirmou Paulo Freire que

"Ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho; as pessoas se educam entre si, através de sua organização coletiva"

Desta experiência, aprendendo mais que ensinando, estimulando vivências que nos enchem de vida, participando do movimento do Movimento, nos construímos aos poucos como Educador da Reforma Agrária, e podemos sair de lá carregados de muitas dúvidas e de algumas certezas. Dúvidas e certezas estimulam esse envolvimento com a pesquisa.

A "Escola Agrícola 25 de Maio" surge da necessidade que as famílias assentadas na área desde 1986, sentem de abordar outros âmbitos, que não somente o econômico, para as futuras gerações, para os *Sem Terrinha* que nascem e estão a crescer na terra conquistada. Conseguiram a Escola com vinculação Estadual, batizam-na com a data que realizaram a primeira grande ocupação de um latifúndio, em 25 de Maio de 1985, no Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina.

O momento brasileiro – quando da chegada dessas famílias camponesas à terra - é o da saída de vinte e um anos de Regime de Ditadura Militar. Durante esse período, a política agrária dos militares no poder propiciou o aumento em tamanho e em quantidade dos latifúndios, concentrando mais áreas nas mãos de grandes grupos empresariais.

Como aponta Fernandes (1993, p.160) essa política

“financiou as mudanças na base técnica da produção, proporcionando a territorialização do capital e os limites da modernização da agricultura, com repressão a toda e qualquer luta de resistência a sua política”.



Mas a resistência que se configurou a partir de 1979 com a ocupação de Macali e Brilhante, e depois com a Encruzilhada Natalino no Rio Grande do Sul, e outras ocupações em Santa Catarina, São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul fortaleceram a oposição à política da Ditadura Militar. São os frutos dessas ações, desses “nãos”, o que colhemos até hoje.

A ocupação de 1985, ocorreu com um número elevado de famílias, em torno de duas mil. Tratou-se da primeira grande ação conjunta e nacionalizada do recém criado Movimento Sem Terra (1984, em Cascavel, Estado do Paraná, a partir do Primeiro Encontro Nacional dos Sem-Terra) por vários Estados da União. Nesta data renasce a história destas famílias, que se tornam protagonistas de sua caminhada. Uma caminhada coletiva, que daria origem a muitos assentamentos um ano depois. No ano de 1989, depois de muitas reuniões com o INCRA e com a Secretarias de Educação Municipal e Estadual, nasce mais uma escola do campo, que atenderia da quinta a oitava série. Concomitante com essa conquista, conseguem mais duas escolas para as séries iniciais na área de cada assentamento. A partir daí a luta prossegue para conseguir educadores que sejam ligados ao Movimento.

Esses esforços fortalecem a importância que o Setor de Educação do MST assume para a organização e para os assentamentos no decorrer da última década do século XX. Formalmente o Setor de Educação do MST foi autenticado em 1987, no Estado do Espírito Santo, a partir do *1º Encontro Nacional de Educação*, e depois se espalhou por 23 Unidades da Federação brasileira <sup>7</sup> onde o Movimento Sem Terra é organizado.

Desde que começaram as atividades escolares, essas estão relacionadas a princípios filosóficos discutidos pelo Setor de Educação do MST. Cabe aqui deixar explícito que em se tratando da organicidade do Movimento, que cada setor surge de vivências e práticas que estão acontecendo há anos, ou seja, não se trata de formulas dadas. As necessidades geram os setores e a organicidade.

Essa conquista começou efetivamente com o ato de coragem de ocupar o grande latifúndio, romper as cercas da submissão histórica a que essas famílias atravessavam em suas relações de produção e reprodução da vida. Vemos a importância desse transformar-se em sujeito com a história nas mãos, instalado no nome da Escola, e nesse ato constante de preservar a memória da luta.

Martins (1994, P. 157) aponta que os camponeses

“querem uma reforma social para as próximas gerações”,

ou ainda, que

“a questão da terra e do trabalho foi posta em termos de reformas sociais e não em termos de reformas econômicas”.

Convém pesquisar qual o grau de importância que as famílias assentadas dão a escolarização e se o papel que a Escola assume possibilita uma mobilidade social que visa sair de uma situação de submissão para uma situação de sujeito. Seria essa atitude de valorizar a escolarização mais que o mercado, relacionada ao que se tem escrito sobre a lógica camponesa? Poderíamos comparar a postura de valorizar a escola com a que os camponeses tomam no ato de produzir e se lançar ao mercado? Os valores camponeses estiveram sempre ligados a conquista de dignidade, terra de trabalho e humanização?

Também é importante lembrar que no Mercado Capitalista quem direciona as atividades são os interesses econômicos estrangeiros associados as elites financeiras e as históricas famílias oligarquicas e latifundiárias do Brasil, o aspecto primordial é a acumulação, que nasce da exploração, lucro e da renda da terra.

No processo de escolarização, com a escola dentro do assentamento e os educadores sendo indicados pela comunidade assentada, a possibilidade dos camponeses serem sujeitos e obterem mais visualização das conquistas é maior. Isso possibilita que os assentados mantenham sempre acesa a chama da luta do Movimento ao qual constroem e integram, é um fator mais vivo e presente.

#### 4 - A guisa de conclusão : Espacializar, Territorializar e se fazer cidadão

Pelos acampamentos e Assentamentos Rurais, pelas marchas e jornadas de luta, nas várias festas que os camponeses ligados ao Movimento realizam, várias canções colaboram para expressar os passos e os desejos contidos na luta pela terra. Uma composta por Zé Pinto – um assentado de Minas Gerais, autor de várias outras canções – aponta alguns aspectos para pensarmos a relação que os camponeses estabelecem com o processo de escolarização em suas diversas escalas temporais e espaciais:

“Tem que estar fora de moda  
criança fora da escola  
pois a tempo não vigora  
o direito de aprender  
Criança e adolescente  
Por uma educação decente  
Para um novo jeito de ser”  
( Prá soletrar a liberdade)

Territorializar e Espacializar o Movimento, em todos os seus momentos, no tempo vivido no acampamento pelos pais. Por vários outros personagens históricos que relacionam a luta pela Reforma Agrária, desde o Che, passando por Marti, até Paulo Freire e Florestan Fernandes. São espacializações e territorializações que possibilitam o reencontro das identidades, da cidadania. De um jeito camponês e brasileiro de ser, concatenando-se e negando as mazelas e avanços do Capital mundializado. Criando coletivamente esse jeito camponês de ser.

Esperamos, com esse breve relato textual, estar contribuindo para o cabedal de conhecimento geográfico e para sistematizar o conhecimento que as pessoas que vivem naqueles assentamentos sugerem. Espero que esse e outros trabalhos, possam virar motivos de vivências didáticas pedagógicas na e nas escolas em questão.

Como relatei no começo deste ensaio, estamos ainda nos primórdios de uma relação de pesquisa. Tentei mostrar aqui alguns conceitos e vivências que se interligam. Teoria e prática social, seja de pesquisadores, seja dos agentes sociais ligados a luta pela terra. Os próximos passos serão dados no sentido de ampliar o debate com os pesquisadores dos Movimentos Sociais e assim poder contribuir para todos que almejam se envolver com os problemas e desafios da classe popular no Brasil e na América Latina.

## NOTAS

1 – Vários Professores e Professoras brasileiras que trabalham e publicam pesquisas sobre o campesinato nas diferentes áreas das ciências humanas : José de Souza Martins (sociologia), Margarida Moura ( antropologia), Antônio Cândido (literatura) e os Geógrafos Ariovaldo Umbelino, Regina Sader, Bernardo Mançano Fernandes, Marcelo Gomes Justo, Marta Inês Medeiros Marques, Marco Antônio Metidiero Júnior, Carlos Alberto Feliciano, Larissa Mies Bombardi.

2 – Os Assentamentos Rurais na concepção dos integrantes do MST, tem uma especificidade que está ligada a participação no movimento desde o início do envolvimento na luta pela conquista da terra, é um núcleo social, lugar de participar intensamente para conduzir o viver, produzir e reproduzir. É bem mais que uma mera unidade de produção, ganha importância de núcleo social de conquista de cidadania crítica e criativa. Enfim, participativa para uma consciência social de entendimento e possibilidade de ser sujeito na realidade. O assentamento é o lugar de viver, o sonho em memória, o sonho se realizando, e o sonho a conquistar.

3 – O conceito *terra de trabalho* foi apresentado por José de Souza Martins no início da década de 80 em suas obras. É a terra possuída pelos camponeses que nela trabalham, seja pela posse, seja em terras comunitárias, familiar, tribal. Tem por base o direito popular. A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) num documento chamado *A Igreja e os problemas da terra* originado numa de suas assembléias em fevereiro de 1980, adota esse conceito para contrapor ao de *terra de exploração*, que é a terra voltado ao interesse do lucro, apropriada pelo capital, seja por exploração do trabalho ou por especulação.

4 – Vale aqui lembrar Oliveira (1996 – p.63) que nos apresenta que baseado no acesso à propriedade ou a posse da terra é que os camponeses brasileiros se diferenciam. Temos assim os *camponeses proprietários*, os *camponeses – parceiros*, os *camponeses – rendeiros* e os *camponeses – posseiros*. Será que a partir da década de 80 podemos apontar a existência de *camponeses – acampados (e/ou assentados)* ?

5 – O campo brasileiro não está parado, está vivo. O movimento dos Movimentos é cotidiano, temos em se tratando de organizações, no mínimo quatro, além do MST, que conseguem se destacar e dar uma conotação nacional à especificidade de suas lutas: Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, Movimento das Mulheres Agricultoras - MMA, União dos Povos da Floresta (incluindo aí seringueiros, índios, castanheiros). Todos internamente promovem e discutem suas próprias ações, têm seus objetivos específicos, porém agora se reúnem numa iniciativa chamada de *Consulta Popular*. Esta, entre outras atividades já feitas, organizou a *Marcha Popular Pelo Brasil* em 1999, com

1.200 participantes, que marcharam de Niterói - RJ a Brasília – DF. Esse movimento tem por objetivo construir um *Projeto Popular para o Brasil*. Os movimentos urbanos também fazem parte, assim como vários dos 220 povos indígenas da nação brasileira. Além disso os Movimentos do campo, com o apoio dos órgãos educacionais da ONU, tem se reunido para discutir através de congressos estaduais e Nacionais uma possibilidade de criar o *Movimento por uma Educação Básica do Campo*.

- 6 – O ITERRA - Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária Josué de Castro, criado em Janeiro de 1995, no município de Veranópolis, Estado do Rio Grande do Sul, num seminário cedido por Freis Capuchinhos, oferece cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação. Os cursos tem equivalência de ensino médio e neste ultimo ano (2002) foi instalado um curso superior de Pedagogia. Os estudantes e mais uma equipe de educadores administram a Escola em forma de cooperativa, e freqüentam a mesma por dois meses, depois mais dois meses ficam nos assentamentos desenvolvendo o “tempo comunidade”. Todos os estudantes do Magistério, Técnico em Administração de Cooperativas, de Assentamentos, Supletivo de ensino fundamental e médio ao final do curso precisam defender uma monografia para obterem a condição de formados.
- 7 – O Brasil possui 26 Estados e um Distrito Federal (Brasília). O MST não está organizado em apenas quatro Unidades da Federação : Acre, Amazonas, Roraima e Amapá. Segundo dados do próprio Movimento, sua base social é de 1,5 milhão de pessoas, sendo 100 mil pessoas acampadas e 350 mil famílias assentadas. Conta com 1.500 escolas públicas nos assentamentos, o que dá em torno de 180 mil pessoas envolvidas com essas escolas, entre estudantes (crianças, jovens e adultos) e educadores.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. *A educação básica e os Movimentos Sociais do Campo*. São Paulo: Anca, CNBB, UNB, MST, UNESCO, Unicef. 2000.

BOGO, Ademar. *Manter a esperança. Canções da terra*. São Paulo. MST. ANCA, 1998.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis. Vozes, 2000.

CASTELLAR, Sônia M. Vanzella. *A construção do conceito de Espaço e o Ensino de Geografia*. Caderno Prudentino de Geografia. Geografia e Ensino – AGB. Presidente Prudente. SP. N.o 17. P.94 – 114. 1995.

CONSULTA POPULAR - *O projeto popular para o Brasil*. Consulta. São Paulo: s.d. 2000.

FELICIANO, Carlos Alberto. *A Geografia dos Assentamentos Rurais no Brasil*. Monografia de Bacharelado em Geografia. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / USP, 1999. Monografia (TGI - II). Depto. de Geografia.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Reforma Agrária e a Modernização no Campo*. Terra Livre. AGB. *Geografia, Política e Cidadania*. São Paulo. SP. n<sup>os</sup> 11 / 12.p.153-175. Ago. 92 / Ago. 93.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro. Formação e Territorialização do MST - 1979 a 1999*.(tese). São Paulo: FFLCH, Universidade de São Paulo, 1999.368 p.(Tese doutorado em Geografia Humana).

FERNANDES, Bernardo Mançano. *M.S.T.: Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra: Formação e territorialização em São Paulo*. / Bernardo Mançano Fernandes. – 2.ed – São Paulo : Hucitec, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão Agrária, Pesquisa e MST*. São Paulo, Cortez, 2001 – (Coleção Questões de Nossa Época; v. 92)

JUSTO, Marcelo Gomes. *Capim na fresta do asfalto: conflito agrário violento e justiça* / São Paulo : Humanitas / FFLCH / USP : Fapesp, 2002.

KAUTSKY, Karl. *A questão Agrária*. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo, Hucitec, 1979.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994.

METIDIERO JR., Marco Antônio. *O estopim dos Movimentos Sociais no Campo*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.205p Monografia (TGI - II). Depto. de Geografia.

MORISSAWA, Mitsue. *A História da Luta pela terra e o MST* / São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOURA, Margarida. *Camponeses*. São Paulo. Ática, 1986.

MST. *Como fazemos a escola de Educação Fundamental*.  
Veranópolis - RS. Caderno de Educação n.o 09: MST, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia das lutas no campo*. São Paulo. Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura Brasileira : Transformações recentes. In: Ross, Jurandy L. Sanches (Org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.

PISTRAK. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. São Paulo. SP: Editora Expressão Popular, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A questão agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1979.

ROCHA, Genylton Odilon Rego da. Ensino de Geografia e a Formação do Geógrafo – Educador. Terra Livre – AGB. *Geografia, Política e Cidadania*. São Paulo. SP. n<sup>os</sup>. 11 / 12. P.177-188. ago. 92 – ago. 93.

SADER, Maria Regina de Toledo. *Espaço e Luta no Bico do Papagaio*. São Paulo, 1986. Tese (Doutorado) Departamento de Geografia, FFLCH / USP.

STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Associação Nacional de Cooperação Agrícola, 1994.

VENDRAMINI, Célia Regina. *Educação em Movimento na Luta pela Terra*. Célia Regina Vendramini (Org.). Florianópolis, Santa Catarina : NUP / CED, 2002. 276 p. Núcleo de Publicações, Universidade Federal de Santa Catarina.